Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN ACCESS

doi.org/10.51891/rease.v12i11.33184

ATUAÇÃO FARMACÊUTICA FRENTE À AUTOMEDICAÇÃO EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE: IMPLICAÇÕES PARA O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

PHARMACEUTICAL PRACTICE REGARDING SELF-MEDICATION AMONG HEALTHCARE PROFESSIONALS: IMPICATIONS FOR THE RATIONAL USE OF MEDICINES

ACTUACIÓN FARMACÉUTICA ANTE LA AUTOMEDICACIÓN EM PROFESIONALES DE LA SALUD: IMPLICACIONES PARA EL USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Sarah de Sá Leite Calado[1]
Gustavo Pereira Calado[2]

RESUMO: Esse artigo buscou analisar como a atuação farmacêutica pode contribuir para reduzir a automedicação entre profissionais de saúde, favorecendo o uso racional, a segurança e a qualidade de vida desses indivíduos. Realizou-se revisão integrativa da literatura, qualitativa e descritiva, com buscas nas bases SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde e PubMed/MEDLINE. Foram considerados artigos publicados entre 2020 e 2026, em português, inglês e espanhol. Após a identificação de 156 registros, remoção das duplicaras, triagem e avaliação de elegibilidade, 13 estudos foram incluídos para a análise. Os resultados evidenciaram automedicação entre profissionais da saúde e estudantes da área de saúde, associada a fatores individuais, sociodemográficos e profissionais. Também indicaram que a atuação farmacêutica pode contribuir por meio de orientação individualizada, identificação de riscos, informações baseadas em evidências e encaminhamento médico quando necessário. Entretanto, foram identificadas limitações relacionadas à falta de tempo, às condições estruturais e à execução incompleta das práticas de cuidado. Concluiu-se que o farmacêutico desempenha papel relevante na promoção do uso racional e na prevenção de riscos, embora os estudos selecionados não comprovem redução da automedicação entre profissionais de saúde. O fortalecimento dessa atuação requer capacitação contínua, organização dos serviços e estratégias educativas específicas direcionadas a esse público.

Palavras-chave: Automedicação. Profissionais de saúde. Atenção farmacêutica. Uso racional de medicamentos. Segurança do paciente.

ABSTRACT: This article aimed to analyze how the role of pharmacists can contribute to reducing self-medication among healthcare professionals, thereby promoting rational medication use, safety, and quality of life for these individuals. An integrative literature review—qualitative and descriptive in nature—was conducted, with searches performed in the SciELO, Virtual Health Library (VHL), and PubMed/MEDLINE databases. The review included articles published between 2020 and 2026 in Portuguese, English, and Spanish. Following the identification of 156 records, the removal of duplicates, screening, and eligibility assessment, 13 studies were selected for analysis. The results revealed the presence of self-medication among healthcare professionals and students in the healthcare field, linked to individual, sociodemographic, and professional factors. The findings also indicated that pharmacists can contribute through personalized guidance, risk identification, evidence-based information, and medical referrals when necessary. However, limitations were identified, including a lack of time,

[1] Graduanda em Farmácia. Graduada em Enfermagem (CEST). Especialista em Assistência de Enfermagem Neonatal e Pediatria (LABORO). Estácio.
[2] Orientador. Mestre em Ciências da Saúde pela UFMA. Graduado em Farmácia Bioquímica (UFMA). Especialista em Farmacologia Clínica (Ibras), em Fitoterapia e em Docência do Ensino Superior.

structural constraints, and the incomplete implementation of care practices. It is concluded that pharmacists play a significant role in promoting rational medication use and preventing risks, although the selected studies do not provide evidence of a reduction in self-medication among healthcare professionals. Strengthening this role requires continuous professional development, the organization of services, and specific educational strategies tailored to this population.

Keywords: Self-medication. Healthcare professionals. Pharmaceutical care. Rational use of medicines. Patient safety.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar cómo la intervención farmacéutica puede contribuir a reducir la automedicación entre los profesionales de la salud, favoreciendo el uso racional, la seguridad y la calidad de vida de estos individuos. Se realizó una revisión integrativa de la literatura, de carácter cualitativo y descriptivo, mediante búsquedas en las bases de datos SciELO, Biblioteca Virtual en Salud y PubMed/MEDLINE. Se consideraron artículos publicados entre 2020 y 2026, en portugués, inglés y español. Tras la identificación de 156 registros, la eliminación de duplicados, el cribado y la evaluación de la elegibilidad, se incluyeron 13 estudios para el análisis. Los resultados evidenciaron la existencia de automedicación entre profesionales y estudiantes del ámbito de la salud, asociada a factores individuales, sociodemográficos y profesionales. Asimismo, indicaron que la intervención farmacéutica puede contribuir mediante la orientación individualizada, la identificación de riesgos, el suministro de información basada en la evidencia y la derivación médica cuando sea necesario. No obstante, se identificaron limitaciones relacionadas con la falta de tiempo, las condiciones estructurales y la ejecución incompleta de las prácticas de atención. Se concluyó que el farmacéutico desempeña un papel relevante en la promoción del uso racional y en la prevención de riesgos, si bien los estudios seleccionados no demuestran una reducción de la automedicación entre los profesionales de la salud. El fortalecimiento de esta labor requiere capacitación continua, organización de los servicios y estrategias educativas específicas dirigidas a este colectivo.

Palabras clave: Automedicación. Profesinales de la salud. Atención farmacêutica. Uso racional de los medicamentos. Seguridad del paciente.

1 INTRODUÇÃO

A automedicação consiste na seleção e utilização de medicamentos – incluindo fitoterápicos e produtos tradicionais – por iniciativa própria visando tratar doenças ou sintomas autodiagnosticadas. Esse tema, amplamente debatido no âmbito médico-farmacêutico, possui alcance global e não se restringe ao cenário brasileiro. Embora possa ser interpretada como uma forma de autocuidado, a automedicação, quando realizada de forma inadequada, pode resultar em elevados custos para o paciente e para o sistema de público de saúde (MELO et al., 2021).

Embora seja uma prática disseminada na população em geral, sua prevalência entre profissionais de saúde é particularmente preocupante, visto o seu conhecimento técnico-cientifico acerca dos fármacos. De acordo com Galvan, Dal Pai e Echevarría-Guanilo (2020), os profissionais de saúde encontra-se expostos aos riscos biológicos, ergonômicos e psicossociais, o que eleva a vulnerabilidade destes trabalhadores ao desenvolvimento de patologias. Esse

cenário, somado ao domínio técnico e ao acesso facilitado aos medicamentos, torna essa categoria um grupo de destaque na prática da automedicação.

O uso indiscriminado de medicamentos por profissionais de saúde configura-se como um problema de relevância para a saúde pública, podendo acarretar impactos significativos na qualidade de vida desses indivíduos. Embora esses profissionais possuam, em sua maioria, conhecimento técnico e científico acerca do uso de fármacos, estudos evidenciam uma prevalência expressiva da prática da automedicação nesse grupo. Tal prática caracteriza-se pela utilização de medicamentos sem a devida prescrição ou orientação de um profissional habilitado.

Segundo Cavalcante, Silva e Quintilio (2023), diversos fatores contribuem para essa prática. Destacam-se a busca por alívio imediato de sintomas, a escassez de tempo para consultas médicas, a sobrecarga de trabalho, influência de terceiros e a já mencionada facilidade de acesso aos fármacos. A percepção de melhora sintomática após o uso do medicamento é um fator determinante que, frequentemente, desencoraja a busca por auxílio especializado e pela conduta terapêutica adequada, podendo mascarar patologias e agravar condições clínicas preexistentes.

Nesse contexto, a atuação farmacêutica emerge como um pilar fundamental para a promoção do uso racional de medicamentos e para mitigação da automedicação, especialmente entre profissionais da área. O farmacêutico como profissional de saúde qualificado, exerce um papel crucial na orientação e prevenção de danos recorrentes do uso indiscriminado de substâncias terapêuticas (CAVALCANTE, SILVA, QUINTILIO, 2023; BATISTA & COIMBRA, 2025).

A pesquisa justificou-se pela relevância social, acadêmica e profissional de compreender a automedicação entre profissionais de saúde, considerando os possíveis riscos associados ao uso inadequado de medicamentos e suas repercussões sobre a segurança individual e coletiva. Ademais, o estudo contribuiu para a reflexão sobre práticas mais seguras de utilização de medicamentos, ampliou a produção científica acerca da automedicação e do uso racional de medicamentos; e, destacou a importância da atuação farmacêutica na orientação, prevenção de riscos e promoção do uso adequado dos medicamentos, fortalecendo práticas voltadas à segurança e à qualidade da assistência em saúde.

Diante do exposto, o presente estudo norteia-se a partir do questionamento: quais são as contribuições da atuação farmacêutica na redução da automedicação entre profissionais de saúde e na promoção do uso racional de medicamentos?

Nesse entendimento, o objetivo geral deste artigo foi analisar de que forma a atuação farmacêutica pode contribuir para a redução da automedicação entre profissionais de saúde, promovendo o uso racional de medicamentos, segurança e a qualidade de vida desses indivíduos. Já os objetivos específicos foram: analisar a prevalência da automedicação entre profissionais de saúde; identificar os principais fatores que levam esses profissionais a prática da automedicação; avaliar como a intervenção farmacêutica pode contribuir para a redução da automedicação destes indivíduos.

2 MÉTODOS

O presente estudo tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizada com o propósito de reunir e sintetizar evidências científicas relacionadas à temática. Para conferir maior transparência à identificação e à seleção das publicações, foram consideradas as recomendações do PRISMA, que orienta a apresentação das etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed/MEDLINE, considerando estudos publicados no período de 2020 a 2026. Para a identificação das publicações, foram utilizados descritores relacionados ao tema, selecionados nos vocabulários Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. As estratégias de busca foram adaptadas às especificidades de cada base, buscando ampliar a recuperação de estudos pertinentes ao objetivo da pesquisa.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos científicos publicados entre 2020 e 2026, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, que apresentassem relação direta com a temática investigada e contribuíssem para responder à questão norteadora. Foram excluídos estudos duplicados, teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso, editoriais, cartas ao editor, resumos de eventos, capítulos de livros e artigos que não apresentassem relação direta com o objeto de estudo ou que não disponibilizassem informações suficientes para a análise.

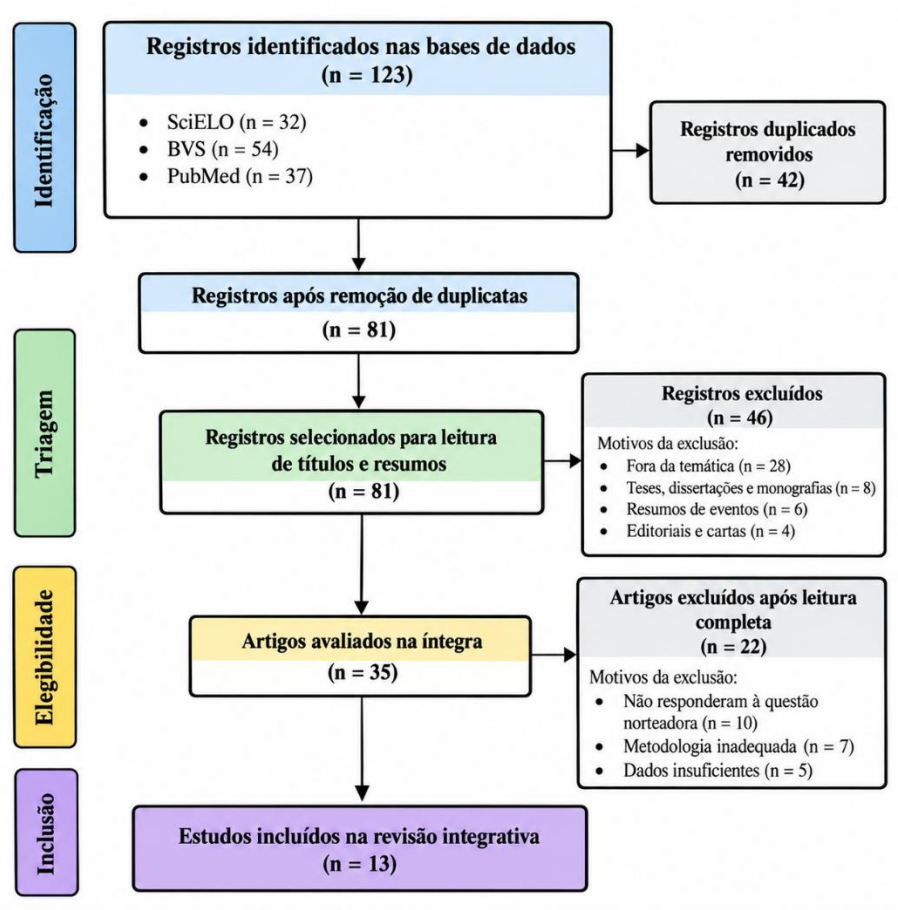
O processo de seleção dos estudos foi realizado em etapas sucessivas. Inicialmente, foram identificados os registros nas bases de dados selecionadas. Posteriormente, foram removidas as duplicidades e realizada a leitura dos títulos e resumos dos estudos restantes. Os artigos potencialmente relevantes foram encaminhados para leitura na íntegra, momento em

que foram aplicados os critérios de elegibilidade. Ao final, foram incluídos na revisão apenas os estudos que apresentaram pertinência temática e informações suficientes para responder ao objetivo proposto. O percurso de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão foi organizado em fluxograma baseado nas recomendações do PRISMA.

A extração dos dados foi realizada mediante instrumento elaborado para a pesquisa, contemplando informações como autor, ano de publicação, título, objetivo, delineamento metodológico, população ou amostra, principais resultados e conclusões. Os dados extraídos foram organizados em quadro sinóptico, permitindo a comparação entre os estudos selecionados e a identificação das principais evidências relacionadas ao objeto da pesquisa. A apresentação sistematizada dos critérios de elegibilidade, das fontes consultadas e do processo de seleção seguiu as recomendações de transparência metodológica do PRISMA.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, descritiva e interpretativa, mediante leitura crítica dos estudos selecionados. Inicialmente, foram identificadas as características metodológicas e os principais resultados de cada publicação. Em seguida, os achados foram agrupados por aproximação temática, possibilitando a construção de categorias de análise e a síntese das evidências encontradas. Assim, o delineamento da seleção da amostra está apresentada na figura abaixo.

Figura 1 – Delineamento da seleção da amostra



Fonte: Autor, 2026.

Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, baseada na análise de artigos científicos já publicados e sem participação direta de seres humanos, coleta de dados primários ou acesso a informações pessoais identificáveis, não houve intervenção ou contato com participantes. A Resolução CNS nº 510/2016 estabelece, em seu art. 1º, parágrafo único, inciso VI, que pesquisas realizadas exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica não são registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP.

3 RESULTADOS

O levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados consultadas identificou inicialmente 156 publicações, sendo 58 na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), 55 na SciELO e 43 na LILACS. Após a identificação dos estudos, foram excluídas 56 publicações duplicadas, permanecendo 100 artigos para a etapa de análise dos títulos e resumos. Nessa etapa, 87 estudos foram excluídos por não apresentarem relação direta com a temática, não atenderem aos

critérios de inclusão estabelecidos ou apresentarem população, objetivos e delineamento metodológico incompatíveis com a proposta da pesquisa. Restou 13 estudos que compuseram a amostra apresentada no quadro abaixo.

Quadro 1 – Artigos selecionados

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
Mohammed, Tsega e Hailu (2021)	Self-Medication Practice and Associated Factors Among Health Care Professionals at Debre Markos Comprehensive Specialized Hospital, Northwest Ethiopia	Estudo transversal, quantitativo	Entre profissionais de saúde, a automedicação apresentou ocorrência relevante e esteve associada a diferentes fatores sociodemográficos e profissionais, evidenciando a necessidade de estratégias educativas para o uso seguro e racional de medicamentos. O estudo avaliou 227 profissionais.
Veiga et al. (2021)	Self-medication consultations in community pharmacy: an exploratory study on teams' performance, client-reported outcomes and satisfaction	Estudo exploratório, transversal e observacional	Foram avaliadas consultas de automedicação em seis farmácias comunitárias. A conformidade global das equipes farmacêuticas com os critérios de atendimento foi de 93,95%; 93% dos clientes relataram melhora após a consulta e a satisfação média foi de 4,70/5, reforçando a importância da orientação farmacêutica.
Akande-Sholabi, Ajamu e Adisa (2021)	Prevalence, knowledge and perception of self-medication practice	Estudo transversal, quantitativo	O estudo avaliou prevalência, conhecimento e percepção sobre automedicação entre

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
	among undergraduate healthcare students		estudantes da área da saúde, demonstrando a presença do comportamento de automedicação mesmo em indivíduos com formação relacionada à saúde e indicando a importância de ações educativas sobre medicamentos.
Okoye et al. (2022)	Self medication practices and its determinants in health care professionals during the coronavirus disease-2019 pandemic: cross-sectional study	Estudo transversal, quantitativo	Entre 669 profissionais de saúde, 36,3% relataram automedicação relacionada à COVID-19. Ivermectina, azitromicina, vitamina C, cloroquina e zinco estiveram entre os medicamentos mais utilizados. Ser farmacêutico, maior idade, maior renda e realização prévia de teste para COVID-19 estiveram associados ao comportamento estudado.
Kassa et al. (2022)	Antibiotics self-medication practices among health care professionals in selected public hospitals of Addis Ababa, Ethiopia	Estudo transversal, quantitativo	Investigou a automedicação com antibióticos entre profissionais de saúde de hospitais públicos, evidenciando a ocorrência do uso de antimicrobianos sem orientação adequada e a necessidade de intervenções destinadas ao uso racional e à prevenção

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
			da resistência antimicrobiana.
Babiarczyk e Sternal (2022)	Analysis of self-care strategies among nurses in southern Poland – a cross-sectional survey	Estudo transversal, quantitativo	A pesquisa analisou estratégias de autocuidado de enfermeiros, incluindo padrões de automedicação e adesão às recomendações relacionadas à farmacoterapia, demonstrando a relevância do comportamento de autocuidado medicamentoso entre profissionais de enfermagem.
Alexa e Bertsche (2023)	An online cross-sectional survey of community pharmacists to assess information needs for evidence-based self-medication counselling	Estudo transversal, quantitativo e qualitativo	Foram analisados 823 farmacêuticos. Informações sobre dosagem (74,2%), encaminhamento ao médico (64,6%) e efetividade dos medicamentos segundo diretrizes (71,4%) foram consideradas muito importantes para o aconselhamento. Os participantes demonstraram preferência por fontes digitais e bases de dados atualizadas e independentes.
Elgebli, Hall e Phipps (2023)	Clinical checking in practice: qualitative perspectives from community pharmacists	Estudo qualitativo	Entrevistas com 12 farmacêuticos comunitários identificaram dificuldades no processo de avaliação

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
			clínica de medicamentos, especialmente pressão por produtividade, acesso insuficiente às informações clínicas e limitações de recursos. Os achados evidenciaram a importância da análise farmacêutica para a segurança do uso de medicamentos.
Loh et al. (2023)	Practice of pharmaceutical care by community pharmacists in response to self-medication request for a cough: a simulated client study	Estudo observacional com cliente simulado	Em 100 farmácias comunitárias, nenhum farmacêutico realizou adequadamente todos os componentes de coleta de dados dos pacientes; apenas 13% realizaram todos os componentes avaliados de informação sobre medicamentos, 15% formularam adequadamente o plano farmacoterapêutico e 3% monitoraram/modificaram o plano. O estudo apontou limitações na prestação de cuidado farmacêutico diante de solicitações de automedicação.
Ansari, Ajmera e Dadhich (2024)	Pharmacist's knowledge and attitude towards self-medication practices: a cross-sectional study for the development and	Estudo transversal, quantitativo	Foram avaliados 105 farmacêuticos comunitários. O instrumento desenvolvido apresentou boa consistência interna e validade,

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
	validation of questionnaire		contemplando conhecimentos sobre automedicação, atitudes quanto à orientação dos consumidores e responsabilidade do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos.
Batalla et al. (2024)	Dermatology Self-Medication in Nursing Students and Professionals: A Multicentre Study	Estudo multicêntrico, transversal e quantitativo	Foram avaliados 423 participantes, sendo 120 enfermeiros e 303 estudantes de enfermagem. A automedicação dermatológica foi relatada por 58,39% da amostra. Entre enfermeiros, 75% relataram automedicação para problemas dermatológicos, indicando a necessidade de educação e orientação sobre o uso adequado de medicamentos.
White et al. (2025)	Enhancing the Role of Community Pharmacists in Medication Safety: A Qualitative Study of Voices from the Frontline	Estudo qualitativo, com entrevistas e grupos focais	Foram ouvidos 13 farmacêuticos comunitários. Os participantes destacaram a atuação farmacêutica na identificação e resolução de problemas relacionados aos medicamentos, mas também apontaram barreiras como falta de tempo, acesso limitado aos

AUTOR/ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
			prontuários, ausência de privacidade e reconhecimento insuficiente da atuação profissional.
Ansari e Dadhich (2026)	Pharmacists' role in promoting responsible self-medication: an assessment of knowledge and attitudes	Estudo transversal, quantitativo	Foram distribuídos 450 questionários e 310 farmacêuticos comunitários responderam à pesquisa. 65% apresentaram bom conhecimento sobre automedicação e 71% demonstraram atitude favorável à promoção da automedicação responsável. Conhecimento e atitude apresentaram correlação positiva, reforçando a importância da qualificação profissional.

Fonte: Autor, 2026

4 DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados evidencia que a automedicação constitui uma prática presente entre profissionais de saúde, inclusive entre indivíduos que possuem formação e conhecimentos relacionados aos medicamentos. Esse aspecto demonstra que o domínio técnico sobre os fármacos não representa, isoladamente, uma garantia de utilização racional. Os resultados de Mohammed, Tsega e Hailu (2021), Akande-Sholabi, Ajamu e Adisa (2021), Okoye et al. (2022), Babiarczyk e Sternal (2022) e Batalla et al. (2024) convergem ao indicar que a automedicação também ocorre em grupos profissionalmente relacionados à assistência em saúde, revelando a necessidade de estratégias específicas de orientação e prevenção.

Essa realidade torna-se particularmente evidente nos resultados de Okoye et al. (2022), nos quais 36,3% dos profissionais de saúde avaliados relataram automedicação relacionada à

COVID-19. A utilização de medicamentos como ivermectina, azitromicina, vitamina C, cloroquina e zinco demonstra que situações de incerteza sanitária podem favorecer decisões terapêuticas tomadas sem acompanhamento adequado. Essa constatação aproxima-se dos achados de Kassa et al. (2022), que também identificaram a ocorrência de automedicação com antibióticos entre profissionais de saúde, evidenciando a preocupação com o uso de antimicrobianos sem orientação apropriada e seus possíveis reflexos na resistência antimicrobiana.

A convergência entre esses estudos demonstra que a familiaridade com medicamentos não elimina os riscos associados à automedicação. Pelo contrário, o conhecimento técnico e o acesso facilitado aos fármacos podem favorecer a percepção de autonomia para selecionar tratamentos por iniciativa própria. Entretanto, essa autonomia, quando não acompanhada de avaliação clínica adequada, pode resultar em escolhas inadequadas, especialmente quando envolve medicamentos que exigem indicação criteriosa, avaliação de contraindicações e acompanhamento dos efeitos terapêuticos.

A ocorrência desse comportamento também foi observada entre estudantes da área da saúde. Akande-Sholabi, Ajamu e Adisa (2021) identificaram a presença da automedicação entre graduandos de cursos relacionados à saúde, demonstrando que essa prática pode se manifestar ainda durante o processo de formação profissional. Esse resultado apresenta convergência com Batalla et al. (2024), que identificaram automedicação dermatológica em 58,39% da amostra investigada, composta por estudantes e profissionais de enfermagem. Entre os enfermeiros, a proporção relatada foi de 75%, evidenciando que a prática também permanece presente entre indivíduos que já atuam na assistência.

Esses achados permitem compreender que a automedicação não está restrita a pessoas sem conhecimento sobre medicamentos, podendo alcançar indivíduos que possuem contato frequente com informações farmacológicas e com os serviços de saúde. Contudo, é necessário distinguir os resultados obtidos entre estudantes daqueles referentes aos profissionais já inseridos no mercado de trabalho, uma vez que os grupos apresentam experiências, responsabilidades e condições de acesso distintas.

No que se refere aos fatores associados à automedicação, Mohammed, Tsega e Hailu (2021) identificaram relações com características sociodemográficas e profissionais, enquanto Okoye et al. (2022) observaram associações com a condição de ser farmacêutico, maior idade, maior renda e realização prévia de teste para COVID-19. Esses resultados demonstram que o

comportamento não pode ser explicado por uma única variável, pois envolve características individuais e circunstâncias relacionadas à trajetória profissional e ao contexto de saúde. A diversidade de associações encontradas também indica que as estratégias de prevenção precisam considerar o perfil dos grupos aos quais são direcionadas.

Os resultados de Babiarczyk e Sternal (2022), ao evidenciarem comportamentos de autocuidado entre enfermeiros, ampliam essa discussão ao demonstrar que a utilização de medicamentos por iniciativa própria também pode estar inserida nas práticas cotidianas de cuidado dos profissionais. Em conjunto, esses achados apontam que a automedicação precisa ser analisada para além da disponibilidade de medicamentos ou do conhecimento farmacológico, considerando a maneira como os próprios profissionais interpretam suas necessidades de saúde e conduzem suas decisões terapêuticas.

Entretanto, os estudos selecionados não apresentam informações suficientes para estabelecer uma classificação definitiva dos fatores como exclusivamente ocupacionais, individuais ou socioeconômicos. Embora existam associações com características profissionais e sociodemográficas, os resultados não permitem afirmar que determinada condição seja responsável isoladamente pela prática.

Quanto à atuação farmacêutica diante da automedicação, os estudos demonstram que a orientação durante o atendimento representa uma oportunidade importante para avaliar as necessidades do usuário e identificar situações que exigem encaminhamento médico. Veiga et al. (2021) apresentam resultados favoráveis quanto à qualidade das consultas de automedicação em farmácias comunitárias, com conformidade global de 93,95% aos critérios avaliados, melhora relatada por 93% dos clientes e satisfação média de 4,70 em uma escala de cinco pontos. Esses achados indicam que o atendimento farmacêutico estruturado pode contribuir para uma experiência mais segura e satisfatória, quando realizado com observância de critérios adequados.

Essa contribuição está relacionada à possibilidade de o farmacêutico avaliar a solicitação do medicamento, identificar sinais que indiquem a necessidade de encaminhamento e fornecer informações sobre a utilização correta. Alexa e Bertsche (2023) reforçam essa perspectiva ao evidenciarem a importância atribuída pelos farmacêuticos às informações sobre dosagem, efetividade dos medicamentos segundo diretrizes e encaminhamento ao médico. A preferência por fontes digitais e bases de dados atualizadas e independentes também demonstra que o aconselhamento seguro depende de informações científicas confiáveis, especialmente diante da diversidade de medicamentos e das dúvidas apresentadas pelos usuários.

Os resultados de Veiga et al. (2021) e Alexa e Bertsche (2023) convergem, portanto, ao reconhecer que a atuação farmacêutica precisa ultrapassar a simples entrega do medicamento, incorporando avaliação e orientação. Essa aproximação é particularmente importante quando se considera a automedicação entre profissionais de saúde, pois o conhecimento prévio sobre os fármacos não elimina a necessidade de uma avaliação individualizada. A orientação farmacêutica pode contribuir para questionar escolhas inadequadas, esclarecer riscos e estimular a procura por atendimento especializado quando a situação ultrapassa os limites da automedicação responsável.

Entretanto, a qualidade dessa atuação apresenta limitações importantes. Loh et al. (2023) identificaram fragilidades na prestação de cuidados farmacêuticos diante de solicitações de automedicação, demonstrando que os componentes de avaliação do paciente, elaboração do plano farmacoterapêutico e acompanhamento nem sempre são realizados de maneira completa. A ausência de realização adequada de todos os componentes avaliados nas farmácias investigadas contrasta com o desempenho favorável identificado por Veiga et al. (2021). Essa divergência evidencia que a qualidade das consultas pode variar conforme a organização dos serviços, os procedimentos adotados e as condições disponíveis para o atendimento.

A diferença entre esses resultados não significa que a orientação farmacêutica seja ineficaz, mas demonstra que sua efetividade depende da execução adequada das etapas do cuidado. Um atendimento que não investiga suficientemente as condições do usuário, os medicamentos utilizados e os sintomas apresentados podem deixar de identificar situações que exigem intervenção ou encaminhamento. Assim, a atuação farmacêutica precisa estar fundamentada em procedimentos que permitam avaliar o contexto clínico, orientar sobre os riscos e acompanhar, quando necessário, a utilização dos medicamentos.

Essa questão também aparece nas contribuições de Elgebli, Hall e Phipps (2023), que identificaram dificuldades na avaliação clínica relacionadas à pressão por produtividade, ao acesso insuficiente às informações clínicas e às limitações de recursos. White et al. (2025) igualmente destacaram obstáculos como falta de tempo, acesso restrito aos prontuários, ausência de espaços adequados e reconhecimento insuficiente da atuação profissional. A convergência entre esses trabalhos demonstra que a responsabilidade pela promoção do uso racional não depende exclusivamente do conhecimento individual do farmacêutico, mas também de condições institucionais que favoreçam a realização de um atendimento qualificado.

Nesse sentido, Ansari, Ajmera e Dadhich (2024) e Ansari e Dadhich (2026) contribuem para a discussão sobre a preparação dos farmacêuticos para lidar com a automedicação. O primeiro oferece um instrumento voltado à avaliação de conhecimentos e atitudes profissionais, enquanto o segundo identifica que 65% dos participantes apresentaram bom conhecimento sobre automedicação e 71% demonstraram atitudes favoráveis à promoção da automedicação responsável. A correlação positiva entre conhecimento e atitude reforça a importância da qualificação profissional como elemento associado à orientação adequada.

Esses resultados indicam que a capacitação pode favorecer a atuação farmacêutica, mas também demonstram que conhecimento e atitude precisam ser convertidos em práticas efetivas. A existência de profissionais que reconhecem a importância da orientação não garante, por si só, que todas as etapas do atendimento sejam realizadas adequadamente. Essa interpretação encontra correspondência nas limitações apontadas por Loh et al. (2023), Elgebli, Hall e Phipps (2023) e White et al. (2025), nos quais dificuldades operacionais e organizacionais interferem na prestação do cuidado. Portanto, a formação continuada precisa estar associada à disponibilidade de tempo, estrutura, protocolos e acesso às informações necessárias.

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de diferenciar a automedicação responsável da utilização indiscriminada de medicamentos. A orientação farmacêutica não deve ser interpretada como incentivo à escolha aleatória de fármacos, mas como uma estratégia de avaliação, informação e identificação de limites para o autocuidado. Quando a situação apresentada pelo usuário exige diagnóstico, acompanhamento médico ou investigação clínica, o encaminhamento adequado constitui parte essencial da atuação profissional. Alexa e Bertsche (2023) reforçam essa dimensão ao evidenciarem a relevância das informações sobre encaminhamento médico no aconselhamento relacionado à automedicação.

A discussão também permite identificar uma lacuna na literatura selecionada. Embora os estudos sobre profissionais de saúde demonstrem a ocorrência da automedicação e os trabalhos sobre farmacêuticos comunitários apresentem contribuições relacionadas à orientação e ao atendimento de solicitações de automedicação, há evidência limitada sobre intervenções farmacêuticas desenvolvidas especificamente para reduzir essa prática entre os próprios profissionais de saúde. Desse modo, os resultados sustentam a relevância da atuação farmacêutica como estratégia de prevenção e orientação, mas não permitem afirmar que os modelos de atendimento apresentados tenham comprovadamente reduzido a prevalência da automedicação nesse grupo ocupacional.

Essa distinção é importante porque os profissionais de saúde também necessitam ser reconhecidos como usuários dos serviços e sujeitos às orientações relacionadas à própria saúde. O conhecimento técnico não deve substituir a avaliação individualizada nem justificar a utilização de medicamentos sem a devida consideração dos riscos. Assim, ações voltadas a esse público podem envolver educação permanente, esclarecimento sobre os riscos do uso inadequado, incentivo à avaliação profissional e fortalecimento de uma cultura de segurança medicamentosa no ambiente de trabalho. Tais medidas representam possibilidades coerentes com as evidências selecionadas, embora sua efetividade específica sobre a redução da automedicação entre profissionais ainda demande investigações próprias.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada demonstrou que a automedicação também representa uma preocupação entre profissionais de saúde, uma vez que o conhecimento técnico e a facilidade de acesso aos medicamentos não eliminam os riscos decorrentes de sua utilização sem avaliação adequada. Os estudos evidenciaram que essa prática está relacionada a fatores individuais, profissionais e contextuais, podendo envolver a busca por alívio dos sintomas, a percepção de autonomia para escolher medicamentos e situações que favorecem decisões terapêuticas sem acompanhamento especializado. Dessa forma, compreendeu-se que a formação na área da saúde, embora importante, não constitui garantia de comportamento medicamentoso seguro.

Verificou-se que a atuação farmacêutica apresenta contribuições relevantes para o enfrentamento desse problema, especialmente por meio da orientação individualizada, da avaliação das solicitações de medicamentos, do esclarecimento sobre riscos e contraindicações e do encaminhamento para atendimento médico quando necessário. A utilização de informações científicas atualizadas e a análise das necessidades de cada indivíduo também se mostraram fundamentais para qualificar o aconselhamento e favorecer escolhas mais seguras. Entretanto, os resultados demonstraram que a efetividade dessas práticas depende de condições adequadas de atendimento, capacitação profissional, disponibilidade de tempo e organização dos serviços farmacêuticos.

Também foi possível identificar que existem limitações na implementação da atenção farmacêutica, relacionadas à pressão por produtividade, ao acesso restrito às informações clínicas e à realização incompleta das etapas de avaliação e acompanhamento. Além disso, embora os estudos apontem a relevância da orientação farmacêutica para o uso racional, não foi

possível comprovar, com base na amostra selecionada, uma redução direta e generalizada da automedicação especificamente entre profissionais de saúde. Essa constatação evidencia a necessidade de novas pesquisas direcionadas a esse público.

Conclui-se que o farmacêutico possui papel estratégico na prevenção dos riscos associados à automedicação, devendo sua atuação ser fortalecida por meio de educação permanente, protocolos de orientação, valorização profissional e integração com os demais serviços de saúde. É igualmente importante reconhecer que os profissionais de saúde também necessitam de acompanhamento e orientação quando apresentam demandas relacionadas à própria saúde. Assim, promover o uso racional de medicamentos exige não apenas conhecimento técnico, mas também responsabilidade, avaliação individualizada e compromisso com a segurança terapêutica.

REFERÊNCIAS

AKANDE-SHOLABI, W.; AJAMU, A.T.; ADISA, R. Prevalence, knowledge and perception of self-medication practice among undergraduate healthcare students. **J Pharm Policy Pract.** 2021 Jun 10; v.14, n.1:49. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34112249/. Acesso em: 28 set. 2026.

ALEXA, J.M.; BERTSCHE, T. An online cross-sectional survey of community pharmacists to assess information needs for evidence-based self-medication counselling. **Int J Clin Pharm.** 2023 Dec; v.45, n.6, p.1452-1463. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10682211/. Acesso em: 28 set. 2026.

ANSARI, N.; AJMERA, P.; DADHICH, A. Pharmacist's knowledge and attitude towards self-medication practices: a cross-sectional study for the development and validation of questionnaire. **Int J Pharm Pract**. 2024 Jul 4; v.32, n.4, p.294-302. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38856721/. Acesso em: 28 set. 2026.

ANSARI, N.; DADHICH, A. Pharmacists' role in promoting responsible self-medication: an assessment of knowledge and attitudes. **Int J Pharm Pract**. 2026, v.19, n.134. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/41553878/. Acesso em: 28 set. 2026.

BABIARCZYK, B.; STERNAL, D. Analysis of self-care strategies among nurses in southern Poland - a cross-sectional survey. **Int J Occup Med Environ Health**. 2022 Feb 15; v.35, n.1, p.13-25. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10464800/. Acesso em: 28 set. 2026.

BATALLA, A.; et al. Dermatology Self-Medication in Nursing Students and Professionals: A Multicentre Study. **Healthcare (Basel).** 2024 Jan 19; v.12, n.2:258. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10815575/. Acesso em: 28 set. 2026.

BATISTA, R.A.; COIMBRA, M.V.S. Estratégias de intervenção clínica na promoção do uso racional de medicamentos. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v.8, n.18, 2025:e082065. Disponível em: https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2065. Acesso em: 31 de maio de 2026.

CAVALCANTE, A.A.; SILVA, T.M.; QUINTILIO, M.S.V. Automedicação entre profissionais da saúde e o papel do farmacêutico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v.6, n.13, p.255-273, 2023. Disponível em: http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/548. Acesso em: 31 de maio de 2026.

ELGEBLI, A.; HALL, J.; PHIPPS, D. L. Clinical checking in practice: qualitative perspectives from community pharmacists. **Revista Internacional de Prática Farmacêutica** , v. 31, Edição 5, n.10, p. 504–511, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ijpp/riad056. Acesso em: 28 set. 2026.

GALVAN, M.R.; DAL PAI, D.; ECHEVARRÍA-GUANILO, M.E. Automedicação entre profissionais da saúde. **Reme: Revista de Efermagem**, v.20, n.9, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/50046/41066. Acesso em: 31 de maio de 2026.

HIPÓCRATES. A vida e a Obra de Hipócrates: juramento, escritos e a arte médica. São Paulo: **Edipro**, 2008.

KASSA, T.; et al. Antibiotics self-medication practices among health care professionals in selected public hospitals of Addis Ababa, Ethiopia. **Heliyon**. 2022 Jan 23; v.8, n.1:e08825. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8803584/. Acesso em: 28 set. 2026.

LOH, P.; et al. Practice of pharmaceutical care by community pharmacists in response to self-medication request for a cough: a simulated client study. **BMC Health Serv Res**. 2023 Jun 20; v.23, n.1:657. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37340333/. Acesso em: 28 set. 2026.

MELO, J.R.R.; et al. Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.37, n.4, e00053221, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/tTzxtM86YwzCwBGnVBHKmrQ. Acesso em: 31 de maio 2026.

MOHAMMED, S.A.; TSEGA, G.; HAILU, A.D. Prática de automedicação e fatores associados entre profissionais de saúde no Hospital Especializado Abrangente de Debre Markos, noroeste da Etiópia. **Drug Healthc Patient Saf**. 2021 Feb, v.11, n.13, p.19-28. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7886097/. Acesso em: 28 set. 2026.

OKOYE, O.C.; et al. Self medication practices and its determinants in health care professionals during the coronavirus disease-2019 pandemic: cross-sectional study. **Int J Clin Pharm**. 2022 Apr; v.44, n.2, p.507-516. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35022953/. Acesso em: 28 set. 2026.

VEIGA, P.; et al. Self-medication consultations in community pharmacy: an exploratory study on teams' performance, client-reported outcomes and satisfaction. **Pharm Pract** (Granada).

2021, Jan-Mar; v.19, n.1: 2138. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7886312/. Acesso em: 28 set. 2026.

WHITE, A.; et al. Enhancing the Role of Community Pharmacists in Medication Safety: A Qualitative Study of Voices from the Frontline. **Pharmacy (Basel).** 2025 Jul 9; v.13, n.4:94. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40700265/. Acesso em: 28 set. 2026.